



Anexo I - CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 06/2025

Etapas do Processo Seletivo	DATAS
Publicação do Edital.	04/11/2025
Inscrições	04 a 11/11/2025
Publicação do Edital das Inscrições preliminares e atendimentos especiais.	12/11/2025
Recurso contra indeferimentos das inscrições e atendimentos especiais.	13/11/2025
Resultado dos recursos e publicação do edital de Homologação Final das inscrições.	14/11/2025
Aplicação da prova objetiva – 19h início da prova.	18/11/2025
Publicação do Gabarito da Prova Objetiva.	19/11/2025
Período de recursos em face do gabarito oficial.	20/11/2025
Resultado dos recursos em face do gabarito oficial e publicação do resultado provisório da prova objetiva.	24/11/2025
Período de recursos em face das notas do resultado provisório.	25/11/2025
Resultado dos recursos contra as notas do resultado provisório.	27/11/2025
Publicação do resultado definitivo e Homologação Final do Processo Seletivo Público, não havendo necessidade de sorteio público.	28/11/2025
Havendo empate, sendo necessária realização de sorteio público, nesta data será realizada a convocação.	01/12/2025
Realização de sorteio, se for necessário.	02/12/2025
Publicação do resultado definitivo e Homologação Final do Processo Seletivo Público após as definições por sorteio público.	03/12/2025



MUNICÍPIO DE **HUMAITÁ** PODER EXECUTIVO

Anexo II –

CONTEÚDO PARA OS CARGOS DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS, PROFESSOR DE PORTUGUÊS, PROFESSOR DE GEOGRAFIA, PSICÓLOGO, ASSISTENTE SOCIAL E NUTRICIONISTA

LÍNGUA PORTUGUESA

Gramática; Leitura e interpretação de texto. Funções da linguagem. Tipos e gêneros de texto. Coesão e coerência textuais. Ortografia (atualizada conforme as regras do novo Acordo Ortográfico): emprego de letras; uso de maiúsculas e minúsculas; acentuação tônica e gráfica; pontuação. Fonologia/fonética: letra/fonema; Morfologia: elementos morfológicos e processos de formação de palavras; classes de palavras. Sintaxe: termos das orações; orações coordenadas e subordinadas; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal; crase. Comunicação: linguagem, texto e discurso; o texto, contexto e a construção dos sentidos; Coesão e coerência textuais;

MATEMÁTICA

Números naturais, inteiros e racionais (representação decimal e fracionária): propriedades e operações (adição, subtração, multiplicação e divisão). Sistema de numeração decimal. Potenciação e radiciação. Múltiplos e divisores de um número natural. Números primos e compostos. Fatoração. Frações: equivalência, comparação e operações. Razão e Proporção. Juro simples e composto. Cálculo de porcentagens e de acréscimos e decréscimos simples. Grandezas diretamente proporcionais. Grandezas inversamente proporcionais. Medidas de comprimento, tempo, temperatura, área, capacidade, massa e volume. Sistema monetário brasileiro.

ATUALIDADES E CONHECIMENTOS GERAIS:

Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, segurança, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, responsabilidade socioambiental e ecologia e suas vinculações históricas. Política, economia, geografia sociedade, cultura e história do município. Notícias e acontecimentos atuais, recentes e marcantes. Noções de contexto social, histórico, cultural, político, etc. *Sugestões de Fontes: Jornais, revistas, site do município e notícias vinculadas na televisão e internet.*

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Lei Orgânica Municipal;

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS ASSISTENTE SOCIAL

1. Fundamentos teórico-metodológicos, ético-legais técnico-operativos do Serviço Social no



MUNICÍPIO DE HUMAITÁ

PODER EXECUTIVO

campo sociojurídico; 2. Fundamentos sócio-históricos da ética profissional e o Código de ética do(a) assistente social; 3. Registro e produção de documentos: Estudo Social, Relatório, Laudo e Parecer; 4. Atuação interdisciplinar do Assistente Social no Sociojurídico; 5. Direitos Humanos; 6. Direitos fundamentais, medidas específicas de proteção e o Sistema de Garantia de Direitos à criança e ao adolescente; 7. Violências contra a criança e adolescente; 8. Adolescente a quem se atribui ato infracional; 9. Violência doméstica e familiar contra a mulher; 10. Medidas protetivas ao idoso; 11. Famílias – transformações, configurações e demandas do exercício profissional; 12. Relações de gênero, intergeracionais, étnico-raciais e diversidade. 13. Políticas Públicas e Seguridade Social. Saúde Pública e Coletiva: Políticas públicas da saúde no Brasil. Noções sobre o Sistema Único de saúde (SUS). Atenção primária à saúde no Brasil. Processo saúde-doença. Promoção da saúde e prevenção de doenças e agravos. Risco, vulnerabilidade e fatores de risco em saúde. Vigilância em saúde. 14. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). 15. Sistema Único da Assistência Social (SUAS). 16. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS). 17. Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). 18. Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). 19. Proteção e Atenção Integral à Família. 20. Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos. 21. População em Situação de Rua. 22. Medidas Socioeducativas. 23. Calamidades Públicas e Emergências. 24. Inclusão social. 25. Enfrentamento da pobreza. 26. Violência intrafamiliar, abandono, trabalho infantil e ato infracional. 27. Proteção Social Básica. 28. Proteção Social Especial. 29. Benefícios Assistenciais. 30. Estudo Social. 31. Laudos Periciais. 32. Interdisciplinaridade. 33. Instrumentalidade/documentação (pareceres e relatórios, outros). 34. Gênero, diversidade, raça e políticas afirmativas. 35. Visita domiciliar, visita institucional, reunião, mobilização social, trabalho em rede, ação socioeducativa com indivíduos, grupos e família, abordagens individual e coletiva. 36. Estudo social, perícia social, relatório social, laudo social, parecer social. 37. Abordagens grupais e individuais. 38. Estratégias, instrumentos e técnicas de intervenção.

Legislação pertinente aos temas e atribuições do cargo: 1. Constituição Federal: Título VII – Da ordem social. 2. Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e alterações. 3. Estatuto da Criança e do Adolescente. 4. Estatuto do Idoso. 5. Estatuto da Pessoa com Deficiência. 6. Código de Ética do Assistente Social. 7. Lei Maria da Penha – Lei 11.340/06. 8. CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Resolução nº 113, de 19 de Abril de 2006. Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. 9. CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Resolução nº 117, de 11 de Julho de 2006. Altera dispositivos da Resolução n.º 113/2006, que dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. 10. Depoimento especial - Lei nº 13.431/2017 – Estabelece o Sistema de Direitos da Criança e do Adolescente Víctima ou Testemunha de Violência. 11. LEI HENRY BOREL - Lei nº 14.344/2022. 12. Decreto nº 11.016/2022 - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PSICÓLOGO

1. Desenvolvimento psicológico: infância e adolescência. A formação e o rompimento dos laços afetivos. A importância dos cuidados do ambiente e as consequências das falhas ambientais. 2. O papel da agressividade no desenvolvimento humano. 3. A família e suas diferentes configurações. As



MUNICÍPIO DE **HUMAITÁ** PODER EXECUTIVO

interrelações familiares: casamento, conflito conjugal, separação, guarda dos filhos, violência doméstica. A criança e a separação dos pais. 4. Aspectos psicossociais do fenômeno da violência. Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. Prática profissional e relações raciais, de classe e gênero. 5. Os direitos fundamentais da criança e do adolescente. 6. As medidas específicas de proteção à criança e ao adolescente. 7. A criança e o adolescente nos serviços de acolhimento. A colocação em família substituta. 8. Adolescente em conflito com a lei e as medidas socioeducativas Depoimento Especial. 9. Justiça Restaurativa. 10. Avaliação Psicológica: instrumentais e sua prática na instituição judiciária. A entrevista psicológica. Elaboração de documentos escritos: laudos, relatórios e pareceres psicológicos. 11. Ética profissional. 13. Políticas Públicas e Seguridade Social. Saúde Pública e Coletiva: Políticas públicas da saúde no Brasil. Noções sobre o Sistema Único de saúde (SUS). Atenção primária à saúde no Brasil. Promoção da saúde e prevenção de doenças e agravos. Risco, vulnerabilidade e fatores de risco em saúde. 14. Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). 15. Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). 16. Proteção e Atenção Integral à Família. 17. Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos. 18. População em Situação de Rua. 19. Medidas Socioeducativas. 20. Calamidades Públicas e Emergências. 21. Inclusão social. 22. Enfrentamento da pobreza e fatores de marginalização. 21. Violência intrafamiliar, abandono, trabalho infantil e ato infracional. 22. Proteção Social Básica. 23. Proteção Social Especial. 24. Interdisciplinaridade. 25. Instrumentalidade/documentação (pareceres e relatórios, outros). 26. Gênero, diversidade, raça e políticas afirmativas. 27. Visita domiciliar, visita institucional, reunião, mobilização social, trabalho em rede, ação socioeducativa com indivíduos, grupos e família, abordagens individual e coletiva. 28. Estudo social, perícia social, relatório social, laudo social, parecer social. 29. Abordagens grupais e individuais. 30. Estratégias, instrumentos e técnicas de intervenção

Legislação pertinente aos temas e atribuições do cargo: 1. Constituição Federal: Título VII – Da ordem social. 2. Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e alterações. 3. Estatuto da Criança e do Adolescente. 4. Estatuto do Idoso. 5. Estatuto da Pessoa com Deficiência. 6. Código de Ética do Psicólogo. 7. Lei Maria da Penha – Lei 11.340/06. 8. CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Resolução nº 113, de 19 de Abril de 2006. Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. 9. CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Resolução nº 117, de 11 de Julho de 2006. Altera dispositivos da Resolução n.º 113/2006, que dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. 10. Depoimento especial - Lei nº 13.431/2017 – Estabelece o Sistema de Direitos da Criança e do Adolescente Víctima ou Testemunha de Violência. 11. LEI HENRY BOREL - Lei nº 14.344/2022. 12. RESOLUÇÃO CFP nº 001/1999 - ATUAÇÃO EM RELAÇÃO A ORIENTAÇÃO SEXUAL. 13. RESOLUÇÃO CFP nº 018/2002 - ATUAÇÃO EM RELAÇÃO AO PRECONCEITO E À DISCRIMINAÇÃO RACIAL. 14. RESOLUÇÃO CFP nº 008/2020 - ATUAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS NUTRICIONISTA

1. Administração de serviços de alimentação: Planejamento do serviço de nutrição e dietética, critérios para elaboração de cardápios, seleção e preparo dos alimentos. Anorexia e Bulimia. 2. Avaliação do estado nutricional: métodos e critérios de avaliação. 3. Cálculo das necessidades energéticas e planejamento de dieta para portadores de doenças inflamatórias do intestino, Diabetes Mellitus, renais agudos e crônicos. Cálculo do número de refeições diárias. Cálculo para dimensionamento do pessoal e número de substitutos. 4. Contaminação dos alimentos. Controle higiênico sanitário dos alimentos, análise de perigos e pontos críticos de controle (APPCC) e implantação do Manual de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Cuidado nutricional em



MUNICÍPIO DE **HUMAITÁ** PODER EXECUTIVO

doenças de má absorção, Anemia, Câncer e AIDS. Cuidado nutricional em doenças gastrointestinais. 5. Cuidado nutricional para recém-nascido de baixo peso e alto risco. Custos e produtividade no serviço de alimentação e controle de qualidade. Desnutrição. Digestão, Absorção. Educação em serviço e treinamento. Epidemiologia nutricional. Interações entre drogas e alimentos/nutrientes. Equilíbrio de energia e manejo do peso. 6. Fator de correção dos alimentos. Fatores ligados à presença, número e proporção dos micro-organismos. Indicações e técnicas de ministração de nutrição enteral. Interação entre medicamentos e nutrientes. Interpretação de exames laboratoriais. 7. Macronutrientes e Oligoelementos. 8. Nutrição e Atividade Física. 9. Diretrizes e fundamentos básicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar. 10. Segurança Alimentar e Nutricional. Necessidades, recomendações e planejamento de energia e nutrientes para os indivíduos. Nutrição e hipertensão. Nutrição e doenças reumáticas. Nutrição e saúde oral. Nutrição e saúde psíquica. Nutrição enteral e parenteral em Pediatria, insuficiência renal, hepática e cardíaca. Nutrição e saúde coletiva. Nutrição materno infantil. Nutrição na gravidez. Nutrição nas diferentes fases de vida: infância, adolescência, adulto, idoso. 11. Os nutrientes e seu metabolismo: fundamentos básicos em nutrição humana. Peso, estatura, percentual de gordura corporal. Planejamento alimentar nos pacientes com cardiopatia aguda e crônica. Planejamento de cardápios para escolares. Planejamento de um lactário. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. 12. Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. I).

Legislação pertinente aos temas e atribuições do cargo: 1. Lei n.º 8.080/1990. 2. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), Lei n.º 11.346/2006. 3. Lei Federal n.º 8.234/1991 (Regulamenta a profissão de Nutricionista e determina outras providências). 4. Resoluções RDC, da Anvisa: RDC n.º 12/2001; RDC n.º 275/2002; RDC n.º 63/2000; RDC n.º 216/2004; RDC n.º 11/2014. 5. Resolução CFN n.º 599/2018 (Dispõe sobre o Código de Ética e de conduta do Nutricionista). 6. Resolução CFN n.º 600/2018 (Definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, indica parâmetros numéricos mínimos de referência, por área de atuação, para a efetividade dos serviços. 7. Política Nacional de Atenção Básica (Portaria n.º 2.436, de 21 de setembro de 2017).

CONHECIMENTOS ESPECIFICOS PROFESSOR DE PORTUGUÊS;

1. Lei n.º 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e suas alterações, 2. Lei n.º 12.796/2013 e suas alterações. 3. [Lei nº 13.005/2014](#) - Plano Nacional de Educação no contexto das políticas atuais. Constituição Federal: Da ordem social: capítulo III (Da educação, da cultura e do desporto). 4. ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente 5. Currículo; 6. Processos de ensino e aprendizagem: conceituação, procedimentos metodológicos. 7. Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos. 8. Planejamento: concepções e metodologias; 9. Repetência e evasão escolar; 10. O papel do professor; 11. BNCC para o Ensino Fundamental Anos Finais (Área de português) (Habilidades e Competências); 12. Conceitos de Ensino Híbrido, Ensino a Distância; Ensino Remoto. Conhecimentos básicos da sua formação em português. (6º ao 9º ano).

CONHECIMENTOS ESPECIFICOS PROFESSOR SÉRIES FINAIS DA ÁREA DE GEOGRAFIA;

1. Lei n.º 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e suas alterações, 2. Lei n.º 12.796/2013 e suas alterações. 3. [Lei nº 13.005/2014](#) - Plano Nacional de Educação no contexto das políticas atuais. Constituição Federal: Da ordem social: capítulo III (Da educação, da cultura e do desporto). 4. ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente 5. Currículo; 6. Processos de ensino e aprendizagem: conceituação, procedimentos metodológicos. 7. Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos. 8. Planejamento: concepções e metodologias; 9. Repetência e evasão escolar; 10. O papel do professor;



MUNICÍPIO DE **HUMAITÁ** PODER EXECUTIVO

BNCC para o Ensino Fundamental Anos Finais (Área de humanas) (Habilidades e Competências); 12. Conceitos de Ensino Híbrido, Ensino a Distância; Ensino Remoto. Conhecimentos básicos da sua formação em geografia. (6º ao 9º ano)

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL e ANOS INICIAIS;

1. Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e suas alterações, 2. Lei nº 12.796/2013 e suas alterações. 3. [LEI Nº 13.005/2014](#) - Plano Nacional de Educação no contexto das políticas atuais. Constituição Federal: Da ordem social: capítulo III (Da educação, da cultura e do desporto). 4. ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente 5. Currículo; 6. Processos de ensino e aprendizagem: conceituação, procedimentos metodológicos. 7. A infância e sua singularidade na educação básica: infância, brincadeira, ludicidade. 8. Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos para a educação infantil e anos iniciais. 9. Metodologia de Projetos nos Anos Iniciais e na Educação Infantil. 10. Política Nacional de Educação Inclusiva e trabalho didático pedagógico. 11. O brincar e o brinquedo. 12. Projeto Político Pedagógico: História da Educação Brasileira; 13. Tendências Pedagógicas na Educação; 14. Concepções de Aprendizagem; As funções sociais da escola de hoje; 15. Planejamento: concepções e metodologias; 16. Repetência e evasão escolar; 17. O papel do professor; 18. BNCC para o Ensino Fundamental e Educação Infantil. (Habilidades e Competências); Conceitos de Ensino Híbrido, Ensino a Distância; Ensino Remoto. Noções do desenvolvimento infantil nas idades de Creche, Pré escola e Ensino Fundamental Anos Iniciais)

Sugestões Bibliográficas: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Ensino Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, 2001. _____. Lei nº 13.306/2016. _____. Base Nacional Comum Curricular. (In: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>). ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Lei 13.306/2016 que altera o ECA, Lei nº 12.796/2013 e suas alterações http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm; Lei 13.005/2014. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm Constituição Federal http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado

BRASIL. Referencial Curricular Para a Educação Infantil. v. 1, Brasília: MEC/SEF, 1998.

CUNHA, M. I. da. **O bom professor e sua prática**. Campinas: Papyrus, 1990. GUIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994. RIZEK, Karina, MENDES, Roseana Pereira & outros: **Educação de crianças e Programa de Formação de Professores de Educação Infantil**. Brasília: MEC. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação a Distância, 2005.

PATTO, Maria Helena. Introdução à Psicologia Escolar. Rio de Janeiro. Vozes, 2015. E conhecimentos relativos a sua formação acadêmica na área específica.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

<https://novaescola.org.br/conteudo/104/ensino-hibrido-entenda-o-conceito-e-entenda-na-pratica>



MUNICÍPIO DE **HUMAITÁ** PODER EXECUTIVO

ANEXO III

DESCRIÇÃO SINTÉTICA E ANALÍTICA DAS ATRIBUIÇÕES DE CADA CARGO

CATEGORIA FUNCIONAL: PSICÓLOGO – 08

PADRÃO DE VENCIMENTOS: 5

ATRIBUIÇÕES

DESCRIÇÃO SINTÉTICA DA FUNÇÃO:

Estudar, pesquisar e avaliar o desenvolvimento emocional e os processos mentais e sociais de indivíduos, grupos e instituições. Diagnosticar e avaliar distúrbios emocionais e mentais e de adaptação social. Planejar estratégias no contexto de gestão de pessoas. Acompanhar cliente durante o processo de tratamento ou cura.

DESCRIÇÃO ANALÍTICA DA FUNÇÃO:

Orientar a elaboração de diagnósticos e controle do comportamento do paciente na vida social;
Analisar os fatores psicológicos que intervêm no diagnóstico, tratamento e prevenção das enfermidades mentais e dos transtornos emocionais da personalidade;

Colaborar com médicos, assistentes sociais e outros profissionais na ajuda aos inadaptados;

Idealizar e orientar a elaboração, aplicação e interpretação de testes psicológicos, com vistas à orientação psicopedagógica e à seleção profissional;

Realizar entrevistas complementares;

Propor a solução de convívio para os problemas de desajustamento escolar, profissional e social;

Colaborar no planejamento de programas de educação, inclusive a sanitária, e na divulgação de seus resultados;

Desenvolver psicoterapia nas situações de envolvimento emocional, nos bloqueios inconscientes e nas reações de inadaptação;

Atender crianças excepcionais com problemas de deficiência mental e sensorial ou com dificuldades de desajuste familiar ou escolar, encaminhando-as para escolas ou classes especiais;

Formular na base dos elementos colhidos hipóteses de trabalho para orientar as explorações psicológicas, médicas e as demais a serem feitas;

Emitir parecer sobre matéria de sua especialidade;

Prestar assessoramento à autoridade nos assuntos de sua competência;

Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

a) Geral: Carga horária de 35 horas semanais.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

a) Idade mínima: 18 anos

b) Instrução: Nível Superior em Psicologia, com habilitação legal para o exercício da profissão e registro no Conselho Regional Profissional.



MUNICÍPIO DE HUMAITÁ

PODER EXECUTIVO

CATEGORIA FUNCIONAL: ASSISTENTE SOCIAL – 04

PADRÃO DE VENCIMENTO: 5

ATRIBUIÇÕES

DESCRIÇÃO SINTÉTICA DA FUNÇÃO:

Prestar serviços sociais orientando indivíduos, famílias, comunidade e instituições sobre direitos e deveres (normas, códigos e legislação), serviços e recursos sociais e programas de educação. Planejar, coordenar e avaliar planos, programas e projetos sociais em diferentes áreas de atuação profissional (seguridade, educação, trabalho, jurídica, habitação e outras).

DESCRIÇÃO ANALÍTICA DA FUNÇÃO:

Orientar indivíduos nas suas necessidades pessoais respaldados pelo conhecimento sobre a dinâmica psicossocial do comportamento das pessoas e aplicando técnicas do serviço social para possibilitar o desenvolvimento de suas capacidades e ajustamento ao meio social;

Promover a participação consciente dos indivíduos em grupos, atuando como facilitador para que tomem conhecimento de suas potencialidades promovendo atividades educativas, recreativas e culturais, para assegurar a promoção coletiva e a melhoria das condições de vida individual;

Auxiliar na ampliação da consciência social do indivíduo, aplicando a técnica do serviço social de grupo para viabilizar a participação em atividades comunitárias para atender às necessidades pessoais desse indivíduo;

Programar as ações básicas da comunidade nos campos social, médico, educacional e recreativo, avaliando-se da análise dos recursos e das carências socioeconômicas dos indivíduos e da comunidade em estudo para possibilitar a orientação adequada das atividades de desenvolvimento humano e da comunidade;

Atuar em programas específicos;

Organizar e executar planos e serviços de serviço social realizando atividades de caráter assistencial, educativo, assistência à saúde e outros;

Assessorar as famílias nas suas necessidades orientando e fornecendo-lhes suporte material, educacional e médico, de cunho preventivo para melhorar sua situação e possibilitar uma convivência harmônica entre os membros;

Prestar assistência ao menor carente e infrator, atendendo suas necessidades primordiais para assegurar-lhe o desenvolvimento sadio da personalidade e integração na sociedade;

Identificar os problemas e fatores que perturbam ou impedem a utilização da capacidade dos educandos, dos assistidos e das comunidades em geral, realizando visitas domiciliares e entrevistas, com vistas a uma maior rendimento escolar;

Articular-se com profissionais especializados em outras áreas relacionadas a problemas interdisciplinares, através de informações recíprocas, a fim de obter novos subsídios para a elaboração de diretrizes, atos normativos e programas de ação social referentes a campos diversos de atuação;

Participar dos programas de saúde físico e mental da comunidade, promovendo e divulgando os meios profiláticos, preventivos e assistenciais para mobilizar os recursos necessários à complementação do tratamento médico;



MUNICÍPIO DE **HUMAITÁ** PODER EXECUTIVO

Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: carga horária de 35 horas semanais.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

- a) Idade: 18 anos
b) Instrução: Nível Superior em Serviços Social, com habilitação legal para o exercício da profissão e registro no Conselho Regional Profissional.

CATEGORIA FUNCIONAL: NUTRICIONISTA - 03

PADRÃO DE VENCIMENTO: 5

ATRIBUIÇÕES:

- a) Atividade de nível superior, de grande complexidade, envolvendo a execução qualificada de trabalhos relativos Educação alimentar, nutrição e dietética, bem como a participação em programas voltados para a saúde pública.
- b) Realizar inquéritos sobre hábitos alimentares considerando fatores como: aspectos econômicos, recursos naturais, características da habilitação, equipamentos domésticos, instalações sanitárias, etc; avaliar a dieta da coletividade e sugerir medidas para melhorias; participar de programas de nutrição em saúde pública e realizar avaliações; sugerir normas; padrões e métodos de educação e assistência alimentar, visando a proteção materno-infantil. Realizar controle, elaborar cardápios, orientar serviços de cozinha, copa e refeitórios, e outras atividades ligadas a merenda escolar, a creche e outros. Fornecer orientações gerais à coletividade e/ou segmentos, na área de nutrição. Elaborar cardápios normais e dietoterápicos. Prestar consultas nutricionais. Fazer a previsão do consumo dos gêneros alimentícios e providenciar a sua aquisição, assegurando a continuidade dos serviços. Inspeccionar os gêneros estocados e propor métodos e técnicas mais adequadas à conservação de cada tipo de alimento, bem como medidas na sua preparação; controlar o custo das refeições servidas e o custo total dos serviços de nutrição. Emitir pareceres sobre assuntos de sua competência. Orientar, supervisionar e coordenar trabalhos a serem desenvolvidos por equipes auxiliares. Executar outras tarefas semelhantes.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: carga horária de 35 horas semanais; (Alterada conforme Lei municipal nº 2093/2010 para 40 horas semanais)
- b) Outras: dentro do horário previsto; o titular poderá prestar serviço em mais de uma unidade.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

- a) Idade: entre 18 e 45 anos;
b) Instrução: nível superior completo;
c) Habilitação Profissional: ter habilitação legal para o exercício da profissão.



MUNICÍPIO DE
HUMAITÁ
PODER EXECUTIVO

Município de Humaitá – RS

Inscrição do Processo Seletivo Simplificado n.º 06/2025
Contratação por prazo determinado, conforme Edital n.º 40

Nome do Candidato:	Nº Inscrição: (Preenchido pela Comissão)
Endereço:	
Cidade:	Data de Nascimento:
Carteira de Identidade:	CPF:
Telefone:	E-mail:
Inscrição para o Cargo de:	

O candidato declara que conhece e aceita as condições estabelecidas no Edital de Processo Seletivo Simplificado n.º 06/2025.

Humaitá, RS, ____ de ____ de 2025.

Assinatura do Candidato

Documentos anexos:

() Cópia Carteira de Identidade e CPF

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Município de Humaitá – RS

Inscrição do Processo Seletivo Simplificado n.º 06/2025
Contratação por prazo determinado, conforme Edital n.º 40

INSCRIÇÃO PARA O CARGO DE : _____

Nome candidato: _____

Assinatura do Candidato



MUNICÍPIO DE
HUMAITÁ
PODER EXECUTIVO

**Anexo V - MODELO DE SOLICITAÇÃO DE REVISÃO/RECURSO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSOS

CARGO:

NOME DO CANDIDATO:

PEDIDO DO CANDIDATO:

ARGUMENTAÇÃO LÓGICA DO RECURSO:

Data:

ASSINATURA

PCI Concursos